

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O aqueduto de Santa Clara completou recentemente 300 anos de existência e está classificado como monumento nacional desde 23 de Junho de 1910.

Esta obra de grande envergadura, que sai do convento de Santa Clara, em Vila do Conde, e se prolonga, na sua grande parte, pelo município da Póvoa de Varzim, servia originalmente para abastecer de água o convento vila-condense, fazendo-a passar através de um canal com 6 km sobre os seus 999 arcos, actualmente num avançado estado de degradação em muitos pontos, principalmente no território poveiro.

Além da degradação natural que decorre da antiguidade do edificado, acontece que se tem assistido ao longo dos anos à construção de variadíssimas estruturas clandestinas junto e no próprio aqueduto, que parecem não respeitar a legislação sobre a protecção e valorização do património nacional.

Em grande parte do aqueduto observa-se a construção de muros particulares, colocação de portões de ferro e alumínio nas arcadas, tijolos embutidos na estrutura dos arcos, redes de galinheiros que aproveitam a abertura das arcadas, vias de acesso, a partir dos arcos do monumento, edificadas e fechadas para serventia de residências particulares e negócios, anexos e divisões de casas que fazem da estrutura parede, entre outras barbaridades e construções ilegais. Algumas destas construções clandestinas vão ilustradas por fotos anexas a este documento.

Acontece também que, embora tendo conhecimento, há largos anos, destas ilegalidades, nem a autarquia poveira, em representação dos interesses da cidade e do seu património, nem a Direcção-Geral do Património Cultural ou outra entidade com a incumbência da fiscalização e protecção do património, tenha aparentemente desenvolvido alguma acção que vise a protecção e/ou valorização deste importante monumento nacional.

Que se saiba, nenhum dos promotores das construções ilegais referidas foi alguma vez

infectivado ou obrigado a recuar os seus muros e casas ou a demolir as construções ilegais e a repor o estado em que o aqueduto se encontrava.

Em declarações à comunicação social, em 2015, a Câmara Municipal da Póvoa de Varzim referiu que a autarquia tem já, em colaboração com a Direcção-geral do Património Cultural, um projecto para a recuperação de todo o aqueduto e a demolição das muitas construções clandestinas que, em muitos locais, abafam e descaracterizam o monumento. A edilidade refere também que o projecto seria alvo de uma candidatura ao quadro comunitário 2020.

Porém, até agora não se vislumbrou qualquer tipo de iniciativa no terreno, com excepção de umas pequenas obras em 2016 que, *in extremis*, teriam o propósito de evitar perigos de derrocada para a via pública de partes do monumento.

Em resultado de uma dessas obras, foi posto a descoberto, agora com mais clareza, um conjunto de construções abarracadas, aparentemente clandestinas, mesmo ao lado de um viaduto da auto-estrada ex-SCUT A28, paredes-meias com o aqueduto, mais concretamente na Rua de Calves.

Independentemente da protecção e valorização do aqueduto, é por demais evidente que as famílias que aí moram, sem condições, devem ser realojadas em habitações condignas (adultos e crianças). Que se saiba, nem a autarquia nem o Estado através de outros organismos tentaram até agora realojá-las ou encontrar solução para este caso aberrante.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Cultura, as seguintes perguntas:

1. Tem o Governo conhecimento da situação de abandono e desprezo a que se encontra votado o aqueduto de Sta. Clara, particularmente no troço que perpassa o município da Póvoa de Varzim?
2. Tratando-se de um monumento nacional, tem o Governo algum plano para a sua recuperação e valorização?
3. O Governo tem conhecimento das construções ilegais que têm vindo a ser construídas, há décadas, à volta e no aqueduto? Se sim, promoveu alguma acção correctiva?
4. Teve alguma vez uma acção de fiscalização *in loco*? Que resultados emanaram dessa acção inspectiva?
5. O Governo tem conhecimento de alguma candidatura do município da Póvoa de Varzim ao quadro comunitário 2020 ou outros quadros e/ou programas de apoio para a recuperação e valorização deste monumento?
6. A Direcção-geral do Património, ou outro organismo similar do Estado, são parceiros do município nalgum projecto de recuperação e valorização do aqueduto de Sta. Clara?
7. O Governo tem conhecimento de alguma acção e/ou candidatura a programa de habitação, por sua parte ou por parte da autarquia da Póvoa de Varzim, que vise o realojamento das famílias que habitam actualmente em péssimas condições na Rua de Calves, junto ao aqueduto e debaixo do viaduto da A28?

Palácio de São Bento, quinta-feira, 13 de Julho de 2017

Deputado(a)s

JORGE CAMPOS(BE)